



O ENFRENTAMENTO DA COVID-19 NO RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS NA REDE ESCOLAR PÚBLICA: MEDO E ANSIEDADE ENTRE ALUNOS E PROFESSORES

COVID-19 COPING IN RETURN TO PRESENTIAL CLASSES IN THE PUBLIC-SCHOOL NETWORK: FEAR AND ANXIETY BETWEEN STUDENTS AND TEACHERS

*Rosário Martinho Sunde
Universidade Rovuma - Moçambique*

Resumo

Este estudo objetiva analisar as estratégias de enfrentamento da Covid-19, no retorno às aulas presenciais, na rede escolar pública. Trata-se de um estudo qualitativo com enfoque fenomenológico, coadjuvado pela análise e processamento de conteúdo de entrevistas semiestruturadas. Participaram deste estudo seis sujeitos (três alunos e três professores de diferentes escolas secundárias), todos maiores de idade e residentes na cidade de Nampula (Norte de Moçambique). As entrevistas foram respondidas por escrito, devido às restrições impostas pela pandemia da Covid-19. Todos os participantes foram contactados e disponibilizados Termos de Consentimento Livre e Esclarecido com antecedência. Os resultados deste estudo nos conduzem a concluir que o fechamento das escolas no período da pandemia gerou muitas incertezas para a educação. O retorno às aulas presenciais, em todos os níveis do sistema escolar moçambicano, trouxe novos desafios, desde a organização e a adaptação de certas medidas de prevenção ao vírus nas escolas à responsabilidade dos utentes à nova realidade. Apesar dessa nova possibilidade de retorno às aulas, o medo, a ansiedade excessiva e a insegurança pela contaminação têm dominado a convivência dos alunos e professores, agravados pela carência de condições básicas de prevenção e serviços de apoio psicológico que, neste período da pandemia, poderiam ser úteis para atender toda a comunidade escolar. Sugere-se assim a implementação de serviços de apoio psicológico nas escolas para atender questões relacionadas com a pandemia e outros fatores de risco à saúde mental.

Palavras-chave: Covid-19, Aulas presenciais, Medo, Ansiedade.



Abstract

This study aims to analyze the coping strategies of Covid-19, in the return to face-to-face classes, in the public school network. This is a qualitative study with a phenomenological focus, supported by the analysis and processing of the content of semi-structured interviews. Six subjects participated in this study (three students and three teachers from different secondary schools), all of them of legal age and residing in the city of Nampula (Northern Mozambique). The interviews were answered in writing, due to the restrictions imposed by the Covid-19 pandemic. All participants were contacted and informed consent terms were made available in advance. The results of this study lead us to conclude that the closing of schools in the period of the pandemic generated many uncertainties for education. The return to face-to-face classes, at all levels of the Mozambican school system, has brought new challenges, from the organization and adaptation of certain virus prevention measures in schools to the responsibility of users to the new reality. Despite this new possibility of returning to school, fear, excessive anxiety and insecurity about contamination have dominated the coexistence of students and teachers, aggravated by the lack of basic prevention conditions and psychological support services that, in this period of the pandemic, could be useful to serve the entire school community. It is therefore suggested the implementation of psychological support services in schools to address issues related to the pandemic and other mental health risk factors.

Key words: Covid-19, Classroom lessons, Fear, Anxiety.

1. Introdução

A pandemia da Covid-19 provocada por novo coronavírus notificado nos finais de dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China, fez-se sentir em pouco tempo, por todo o mundo, com inúmeros impactos, desde efeitos no âmbito sanitário ao sociocultural, político-econômico e educacional, entre outros. Por essa situação, os países no mundo foram tomando gradualmente as medidas de isolamento social (serviços sociais cancelados, instituições fechadas, com a respectiva limitação de circulação de pessoas). “Com a pandemia da Covid-19, várias medidas foram tomadas para evitar a propagação do vírus” (Sunde, Júlio & Nhaguaga, 2020, p.9 na Educação, a título de exemplo, as aulas foram canceladas. A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o surto do novo coronavírus constitui uma emergência de Saúde Pública de impacto internacional, cujas estratégias de prevenção consistem, basicamente, em isolamento social e a permanência de pessoas em suas casas para evitar o contato social e a contaminação (OMS, 2020).



Em Moçambique, a suspensão das aulas foi anunciada no dia 20 de março de 2020 pelo Presidente da República, em um comunicado à Nação. As medidas entraram em vigor três dias depois (23/03/2020) mediante Decreto Presidencial 23/2020 de 5 de agosto, com a declaração do Estado de Emergência, por razões de calamidade pública, em todo o território nacional, no art. 3, b) limitação das aulas em todas as escolas públicas e privadas, desde o ensino pré-escolar até ao ensino universitário (Moçambique, 2020). Com o agravamento da pandemia e crescentes casos positivos e de óbitos no país, o governo prorroga por várias vezes o Estado de Emergência, até a Lei n.º 8/2020, de 29 de junho, a terceira vez de prorrogação, com todas as restrições anteriormente decretadas (Moçambique, 2020a).

Neste período, tanto alunos, quanto professores e outros profissionais que trabalham em prol da educação sofreram grandes impactos com a mudança da rotina escolar. Algumas escolas adotaram novas estratégias de ensino e aprendizagem que se adequam à nova realidade, como é o caso do sistema remoto/online, para garantir a continuidade dos programas e atividades letivas (Sunde, Júlio & Nhaguaga, 2020).

O retorno às aulas presenciais foi faseado, sendo dada prioridade às classes com exames¹. Por isso, no dia 01 de outubro de 2020, novas medidas foram tomadas e as aulas presenciais foram retomadas na 12ª classe, seguindo os alunos da 10ª e 7ª classe, no dia 02 de novembro. No dia 04 de março de 2021, o Presidente da República anunciou a reabertura das escolas para todas as modalidades. Essas medidas entraram em vigor às 00h00 de 7 de março em todo o território nacional, com a retoma às aulas presenciais em todos os subsistemas de ensino em Moçambique. Na comunicação à Nação no âmbito da situação de calamidade pública em vigor, o Presidente anunciou a manutenção das medidas do Decreto n.º 17/2021, de 6 de abril, que revê as medidas para a contenção da propagação da pandemia da COVID-19, enquanto durar a Situação de Calamidade Pública, aprovadas pelo Decreto n.º 7/2021, de 5 de março (Moçambique, 2021a; Moçambique, 2021b).

¹ O Sistema Nacional de Educação de Moçambique se estrutura em Ensino Pré-escolar (para crianças em idade inferior a 6 anos) e Ensino escolar (a partir dos 6 anos) e compreende: Ensino Geral, Ensino Técnico-Profissional e Ensino Superior. O Ensino Geral compreende: o primário e secundário, 1º grau da 1ª a 5ª classes e 2º grau da 6ª a 7ª classes, para o ensino primário. O ensino secundário compreende a 5 classes e subdivide-se em dois ciclos, o 1º ciclo, da 8ª a 10ª classes, o 2º ciclo da 11ª a 12ª classes (Lei n. 6/92 do Sistema Nacional de Educação de 06 de maio de 1992).



O decreto trouxe novos desafios de adaptação à realidade (processo de reinventar) tanto no sistema educativo como na comunidade escolar (alunos, professores e outros funcionários) que têm a responsabilidade de manter as medidas de prevenção (uso de máscara, regras de distanciamento físico, higienização das mãos com água e sabão ou com álcool em gel, entre outras medidas). Por detrás dessas medidas, inúmeras preocupações, como medo excessivo de ser contaminado ou de contaminar a família, se faz sentir entre os alunos e professores, havendo resistência de alguns de retomarem às aulas.

Ansiedade, estresse pós-traumático e outros transtornos psiquiátricos se desenvolveram com o tempo, devido a índices ascendentes de casos positivos e óbitos por coronavírus no país e no mundo. Foi nesta perspectiva que se desenvolveu a presente pesquisa, cujo objetivo foi analisar as estratégias de enfrentamento da Covid-19 no retorno às aulas presenciais na rede pública de Moçambique. Pressupõe-se que o estudo possa contribuir para o conhecimento da necessidade de implementação de medidas de prevenção e intervenção de transtornos mentais nas instituições escolares, devido aos impactos da pandemia da Covid-19 e outros fatores de risco à saúde mental.

2. Materiais e métodos

Esta é uma pesquisa qualitativa com enfoque fenomenológico que, a partir dos pressupostos de Martin Heidegger, coadjuvada pela análise de conteúdo de Saldaña (2013) permitiu, sem prejuízo, analisar as estratégias de enfrentamento de estresse durante a pandemia da Covid-19, em escolas secundárias da cidade de Nampula-Moçambique. A busca pela fenomenologia hermenêutica neste estudo se justifica pelo fato de suas abordagens se adequarem à pesquisa qualitativa, focadas em experiências vividas, comportamentos, sentimentos, funcionamento organizacional, entre outros (Barbera & Inciarte, 2012).

2.1 Participantes

Participaram deste estudo seis sujeitos, destes, três alunos: (duas alunas, sendo uma da 10ª classe e a outra na 12ª classe, ambas da Escola Secundária de Muatala, e um aluno da 12ª classe, na Escola Secundária de Napipine); e três professores: um da 12ª classe, na Escola Secundária de Napipine, um da 10ª classe, na Escola Secundária Polivalente de Marrere e uma professora da 12ª



classe, na Escola Secundária de Teacane. Todos os participantes eram maiores de 18 anos e residentes na cidade de Nampula, Norte de Moçambique. Os participantes foram codificados por I1, I2, I3...(Participante 1, Participante 2, Participante 3,...), respectivamente.

2.2 Instrumentos

Os dados foram obtidos a partir de uma entrevista semiestruturada composta por duas seções: uma de dados sociodemográficos e a outra de questões relacionadas com o enfrentamento da Covid-19 no ambiente escolar. A entrevista semiestruturada, como material empírico privilegiado na pesquisa, é um instrumento com opção teórico-metodológica, que consiste numa conversa ativa entre o participante e o pesquisador, dirigida por este de acordo com seus objetivos, cuja vida daquele só é interessante quando o conteúdo se insere diretamente no domínio da pesquisa (Duarte, 2002).

2.3 Procedimentos

A coleta de dados foi possível depois do credenciamento da pesquisa pela Universidade Rovuma – UniRovuma (Moçambique). A credencial outorga a possibilidade de pesquisadores desenvolverem estudos dentro dos princípios éticos. Por causa da pandemia da Covid-19 e das medidas de restrições de contato físico, os participantes foram identificados pela ajuda de dois professores-colaboradores que, posteriormente, enviaram uma carta de convite para participarem da pesquisa. Na carta foram apresentados os objetivos da pesquisa e disponibilizado o termo de consentimento livre e esclarecido. As entrevistas foram enviadas para serem respondidas por escrito.

Depois do envio do formulário, os entrevistados tiveram uma semana para confirmarem a sua participação assinando o termo de consentimento ético e mais outra semana para responderem a entrevista. Inicialmente, foram contatados para participar da pesquisa dez sujeitos (cinco alunos e cinco professores de escolas diferentes) mas somente seis (três alunos e três professores) disponibilizaram-se para participar.

As informações coletadas foram transcritas e seguiu-se com o processo de codificação, agrupamento dos códigos em unidades e a categorização segundo Saldaña (2013). Assim, a primeira etapa consistiu na leitura do material e na criação de códigos e a segunda, do agrupamento desses



códigos em unidades com ideias relevantes ao tema que, seguidamente, foram reformulados e sintetizados em categorias de análise.

Por sua vez, o processamento de informação foi feito seguindo a análise de conteúdo de Saldaña (2013) que obedece a três etapas: i) codificação, ii) agrupamento de códigos em unidades de análise e iii) categorização. A codificação consiste em a) recorte: escolha das unidades; b) enumeração: escolha das regras de contagem; e c) classificação e a agregação: escolha das categorias.

O processo de agrupamento dos códigos em unidades de análise, consiste na agregação de conteúdos e ideias semelhantes para facilitar a descrição mais coesa. Enquanto a categorização consistiu na identificação de elementos constitutivos segundo os critérios semântico (categorias temáticas), sintático (os verbos, os adjetivos), léxico (classificação das palavras segundo o seu sentido) ou expressivo, como é o caso de categorias que classificam as diversas perturbações da linguagem (Saldaña, 2013).

Por causa do distanciamento social imposto pela pandemia da Covid-19, os entrevistados foram contactados por telefone com ajuda de dois professores (colaboradores da pesquisa). Em seguida, eles receberam uma carta de convite contendo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e formulário de entrevista para ser respondido por escrito. Assim, dos dez participantes inicialmente contactados (cinco alunos e cinco professores), somente seis sujeitos (três alunos e três professores) manifestaram sua disponibilidade em participar na pesquisa, assinando o termo de consentimento. Eles tiveram duas semanas para responder a entrevista.

3. Resultados

Nessa etapa foi feita uma síntese dos conteúdos coletados a partir das entrevistas dirigidas aos alunos e professores das escolas secundárias na cidade de Nampula-Moçambique. A partir das questões das entrevistas foram formuladas quatro categorias.

3.1 Medidas de prevenção da Covid-19 na escola

Nesta categoria foram agrupadas as medidas de prevenção adotadas pela escola para retomarem com as atividades letivas depois do decreto presidencial. Todos os participantes foram unânimes ao responderem que as medidas de prevenção adotadas pela escola incluem o uso de



máscaras, distanciamento social, lavagem das mãos com água e sabão ou com cinza e/ou desinfecção das mãos com álcool em gel. As respostas dos professores foram mais além ao acrescentarem que as escolas recorrem ainda à demarcação do espaço dentro da sala de aulas para garantir o distanciamento físico, medição de temperatura corporal, alocação de baldes com água e sabão para lavagem das mãos no pátio da escola e nos banheiros.

Como se descreve no manual sobre biossegurança para reabertura de escolas no contexto da Covid-19 de Pereira et al. (2020), as escolas devem adotar estratégias que promovam a saúde do trabalhador e disseminem comportamentos que reduzam a transmissão do vírus Sars-CoV-2. Por isso, devem-se implementar medidas de distanciamento físico de 1 a 2 metros em todos os espaços físicos da escola, incentivar a realização de reuniões de professores e trabalhos administrativos de forma remota, diminuir contatos sociais no local de trabalho, sendo obrigatório o uso de máscaras individuais, com recomendação de troca a cada 3 horas (máscaras não cirúrgicas ou ‘de tecido’) ou a cada 4 horas (máscaras cirúrgicas). Assim, a combinação de distintos procedimentos, como o distanciamento físico, a proteção individual através de uso de máscaras e higienização das mãos, da face e dos óculos, bem como a redução do tempo de permanência em ambientes fechados e a renovação do ar nestes ambientes, é fundamental para a proteção das pessoas (Pereira et al., 2020).

No entanto, quando questionados sobre se a escola tinha condições básicas que garantem a prevenção da Covid-19, em resposta, os participantes confirmaram que as escolas dispõem de condições essenciais para a prevenção como termômetros para a medição da temperatura corporal, baldes com água e sabão, álcool em gel em alguns cantos da escola, demarcação dos espaços de atendimento e nas salas de aulas para garantir o distanciamento.

Porém, para o I3, as condições de prevenção que a escola dispõe não são suficientes, não existe álcool em gel para todos os alunos e há carência de água nos baldes disponibilizados e nos banheiros. O I5 assegurou a existência de protocolos sanitários e orientações do governo com medidas de prevenção para o retorno às aulas com segurança, apesar de algumas escolas não disporem de um sistema de água que suporte a conservação do líquido por muito tempo porque além de ser obsoleto, o abastecimento de água na cidade de Nampula é irregular. Por outro lado, o I6 lamenta a falta de responsabilidade da comunidade escolar porque o álcool em gel disponibilizado pela escola é



removido por desconhecidos. “Este fenómeno constringe a gestão escolar, preocupada em manter o protocolo sanitário e garantir as medidas de prevenção da Covid-19”, fundamentou o I6.

Outrossim, quando questionados se outros alunos e professores cumprem com as medidas de prevenção do novo coronavírus dentro do recinto escolar. Os participantes responderam que a comunidade escolar cumpre com as medidas, que o uso de máscaras no ambiente escolar é de carácter obrigatório. A questão do distanciamento social é notória, pois há espaços demarcados em todo lugar, no pátio, na sala de aulas, na secretaria e nos serviços de atendimento ao público. Há proibição de aperto de mãos, abraços, trocar bens ou outras ações que promovam o contacto físico. “Em todo canto da escola tem cartazes com orientações e informações de prevenção da doença” acrescentou I4.

Outros participantes evitam tocar a superfície dos objetos sempre que saem de casa, evitam frequentar locais com aglomeração de pessoas, mas sempre com o uso de máscaras, distanciamento físico e higienização das mãos como medidas básicas.

3.2 Equipe de profissionais de saúde no ambiente escolar

Esta categoria consistia em saber se a escola na qual o participante trabalha ou estuda dispõe de equipe de profissionais de saúde para identificar casos suspeitos da Covid-19. Em resposta, todos os entrevistados afirmaram não existir nenhum mecanismo de diagnóstico da doença e nem dispõem de profissionais de saúde para fazer o acompanhamento em casos de suspeita da Covid-19. A escola como meio de interação social deve agregar serviços multissetoriais envolvendo a saúde, integração social e cultural e outros para a promoção do bem-estar e da saúde mental dos utentes.

No Brasil, por exemplo, segundo o Protocolo Sanitário de retorno às atividades escolares presenciais no contexto da pandemia da covid-19 da secretaria de estado de Saúde de Minas Gerais, a proposta de coordenação das ações de promoção à saúde e prevenção a Covid-19 no âmbito escolar por meio dos grupos de trabalho intersetoriais do Programa Saúde na Escola, é um mecanismo que pressupõe interação com troca de saberes, de poderes e de afetos entre profissionais da Saúde e da Educação, educandos, comunidade e demais redes sociais. Os grupos de trabalho intersetoriais do Programa Saúde na Escola são formados por representantes da saúde (enfermeiros, técnicos de enfermagem e médicos), equipe de saúde da família (psicólogos, profissionais de educação física,



fonoaudiólogos, entre outros) e educação do município (como representantes dos professores, profissionais administrativos, da limpeza e das cantinas) cujo objetivo é garantir a gestão compartilhada para a atender às necessidades e às demandas locais (Brasil, 2020).

3.3 Aulas durante a pandemia da Covid-19

Esta categoria consistia em colher informações sobre as estratégias de ensino adotadas pela escola durante a quarentena (com o decreto presidencial que cancelou as aulas presenciais). Em resposta, o I1 e I3 afirmaram que a escola adotou o sistema de levantamento (mensal e depois trimestral) de fichas com conteúdos e exercícios elaborados pelos professores para manter o ritmo de aprendizagem dos alunos. As fichas de exercícios poderiam ser levantadas na escola pelos próprios alunos ou pelos pais e/ou encarregados de educação que, depois da resolução, eram devolvidos e entregue ao professor.

Para I2, I4, I5 e I6, o sistema adotado pela escola consistiu na criação de uma conta de WhatsApp da turma onde o professor postava conteúdos e dava instruções sobre os conteúdos. As dúvidas e outras preocupações eram apresentadas neste grupo. Perante esta alternativa, o I5 aponta dificuldades de alguns alunos em acessar o sistema WhatsApp, tanto pela falta de condições de adquirir um aparelho (telefone, computador ou tablet) que suportasse a plataforma ou ainda a falta de meios para manter Internet com bom sinal. Por causa dessa situação, “os alunos sem condições de acesso ao WhatsApp eram obrigados a buscar informações com colegas, colocando em risco a sua saúde e daqueles”, fundamentou o participante 16.

No que se refere ao ambiente escolar neste período da pandemia, especialmente a interação aluno-aluno, aluno-professor e outros utentes, os participantes consideraram um ambiente difícil porque o protocolo sanitário proíbe o contacto físico. As pessoas vivem com medo e insegurança de contaminação do novo coronavírus. “Vivemos na desconfiança, cada um desconfia do outro, é assim que vivemos em desconfianças”, fundamentou I3.

Por outro lado, o I6 lamenta que “o trabalho do professor nesse período de retomada às aulas é complicado, devido a fraca audição da voz durante a fala nas aulas [...] falar com máscaras numa turma com alunos usando o distanciamento social é muito difícil. É apavorante ficar um dia inteiro com máscaras, pior ainda falando”, argumentou o I6.



Por outro, quando se pretendia saber quantas vezes os entrevistados saem de casa durante a semana neste período da pandemia e qual era a rotina anterior, em resposta, os participantes afirmaram que saem cinco dias úteis para a escola, havendo alguns dias que precisam ir ao mercado, igreja e hospital, quando necessário. Em comparação aos tempos anteriores à pandemia, eles afirmaram que tinham uma rotina normal sem restrições, como se pode perceber em I5 ao afirmar que: “a minha rotina anterior da pandemia era casa-serviço, casa-igreja, casa-bar, casa-casa dos amigos e outros locais de lazer. Agora é só em casa e poucos dias no serviço, e às vezes para mercado”.

Os participantes salientaram que a vida antes da pandemia era melhor e sem restrições. A pandemia da Covid-19 trouxe muitas medidas que limitam a atividade social. “Os meus dias antes da pandemia eram bem diferentes, a gente fazia tudo sem observar regras, tínhamos liberdade de ir e fazer o que desejávamos: ir à escola, na discoteca com amigos, visitar amigos, abraçá-los e apertá-los as mãos [...] muita coisa boa ficou para trás, estou com saudades” acrescentou I3.

3.4 Fatores de risco à saúde mental e o apoio psicológico escolar

Por causa do aumento de casos de ansiedade, depressão e medo neste tempo da pandemia, esta categoria visava colher informações sobre experiências estressoras vivenciadas pelos participantes e se com esses riscos receberam apoio psicológico na escola. Para os participantes, a pandemia trouxe muitos problemas porque a situação pegou-lhes de surpresa. O medo de infecção foi se multiplicando, dando espaço a episódios de ansiedade, mau humor, tédio e outros problemas emocionais. Com as escolas, igrejas, mesquitas e outras instituições fechadas, a vida foi cada vez mais complicada, como afirmou o I4 “vivenciei momentos de pânico e medo de contaminação e de perder parentes”. “Na verdade, fiquei frustrado pela vida, um futuro incerto e medo de contaminação” destacou o I2.

Para I5 e I6 a maior preocupação foi quando decretaram o retorno de aulas no meio da pandemia, com crescente casos de infecção e óbitos. Em contrapartida, as escolas em Moçambique não dispõem de sistema de apoio psicológico para ajudar os alunos e outros profissionais, pior com as instituições religiosas fechadas, que poderiam ajudar os fiéis no enfrentamento de problemas



emocionais devido às preocupações associadas com a doença. “Não conheço nenhuma escola com serviços de apoio psicossocial, seria bom se as escolas investissem nessa área” disse o I2.

4. Discussão

A Covid-19, uma doença causada por um vírus da família dos coronavírus, diagnosticada inicialmente em dezembro de 2019, gerou uma crise sanitária, econômica e sócio-política internacional. Os serviços básicos foram cancelados sem previsão de retorno. Na educação, a interrupção das aulas forçou o sistema a se adaptar a uma nova realidade. Apesar de algumas escolas fecharem as suas portas, outras implementaram novas estratégias para manterem-se conectados com os alunos.

Em Moçambique, após o decreto presidencial que suspende as aulas presenciais (Decreto 23/2020 de 5 de agosto) algumas escolas adotaram o sistema de levantamento de fichas com conteúdos e exercícios para serem resolvidos pelos alunos. Outras escolas criaram grupos de interação no WhatsApp, compostos por alunos e professores. Os grupos eram usados exclusivamente para postagem de conteúdos e esclarecimento de questões relacionadas com a disciplina.

Apesar dessas estratégias terem ajudado professores e alunos a se manterem conectados, alguns alunos (de baixa renda e com dificuldades de aquisição de celular com acesso a WhatsApp) continuaram com certas limitações no processo educativo. Como se destaca na literatura, neste período da pandemia da Covid-19, os alunos enfrentam muitas dificuldades como não ter acesso aos recursos tecnológicos, internet de qualidade, ambiente de estudo adequado e acompanhamento familiar, principalmente os de baixa renda e de escola pública (Dias-Trindade, Sara, Correia & Henriques, 2020; Fonsêca, 2020; Sunde, 2021).

As dificuldades de acesso aos recursos tecnológicos, internet de qualidade e ambiente de ensino adequado se agravaram com a falta de esperança de que a situação viesse a melhorar num futuro próximo. Por isso, as novas orientações decretadas pelo Presidente da República sobre o retorno às aulas presenciais, em Moçambique, abrem uma possibilidade de regresso às atividades escolares e do processo de ensino e aprendizagem. Por outro, o medo e ansiedade de se contaminar com o vírus ou de contaminar membros da família foi tomando espaço, mesmo com protocolos sanitários preestabelecidos em todas as escolas.



Neste estudo, os entrevistados caracterizaram um ambiente de medo e de ansiedade nas escolas moçambicanas neste período de retomada às aulas presenciais. Tanto os alunos como os professores asseguraram a falta de condições essenciais para as escolas garantirem as medidas de prevenção, pois há falta de água e sabão ou álcool em gel, termômetros para a medição da temperatura corporal e uma equipe de profissionais de saúde para o rastreamento do vírus em casos de suspeita. Esses e outros fatores têm condicionado muitos riscos à saúde mental da comunidade escolar.

Percebeu-se, ainda, que as escolas moçambicanas não dispõem de um gabinete de apoio psicológico à comunidade acadêmica. Neste período da pandemia, que os alunos e os professores vivem na insegurança e medo de contaminação, os problemas psicológicos (transtornos de humor, ansiedade, depressão, transtornos pós-traumáticos e outros) são mais frequentes nesse clima de reinvenção escolar. Por isso, os serviços de apoio psicológico seriam um mecanismo de enfrentamento dos problemas da saúde mental escolar. A intervenção psicológica, neste momento da pandemia da Covid-19, pode ser um meio para prevenir e diminuir episódios de ansiedade e medo (Sunde, 2021).

É neste contexto que se torna necessária a figura do psicólogo no ambiente escolar. O psicólogo escolar é um profissional que trabalha com a comunidade escolar (alunos, educadores, funcionários e pais), promovendo encontros e debates sobre questões relacionadas com os transtornos mentais e a aprendizagem. Ele escuta, diagnostica, analisa e intervém sobre estados de humor e ansiedade, propondo a saúde e bem-estar da comunidade (Galvão et al., 2019; Sunde, 2019).

É nesta oportunidade que a comunidade escolar poderia apresentar suas preocupações e beneficiar-se desses serviços. O medo e ansiedade, alteração de humor e de estados emocionais presentes em alunos, professores e outros funcionários na escola neste período da pandemia da Covid-19, poderiam ser objetos de análise e intervenção dos profissionais de Psicologia em contexto escolar.

5. Considerações finais

O estudo analisa as estratégias de enfrentamento da Covid-19 no retorno às aulas presenciais, na rede pública em contexto moçambicano. As escolas cancelaram as atividades presenciais para conter a contaminação do novo coronavírus logo no início de março de 2020. Isso afetou a rotina dos alunos e professores que, de repente, tinham que mudar por completo apesar de algumas escolas



adotarem estratégias de manutenção do processo de ensino e aprendizagem. Mesmo assim, no campo da saúde mental foram observados impactos psicológicos significativos impulsionados pela duração prolongada do isolamento social, medo de infecção, frustração e pouca atividade de lazer, falta de contato pessoal com colegas e professores.

O anúncio de retorno às aulas presenciais em todos os níveis de ensino moçambicano veio amenizar a falta de esperança e frustração devido ao isolamento social prolongado. No entanto, mesmo com o retorno às aulas presenciais, o medo e a ansiedade de contrair o novo vírus no recinto escolar continuam a semear a insegurança entre alunos e professores apesar das medidas de prevenção adotadas pelas escolas. Muitas escolas carecem de condições básicas como água, sabão ou álcool em gel para higienização das mãos, porque o sistema de abastecimento da água além de ser obsoleto é irregular na cidade.

Em relação ao medo e ansiedade excessiva por novo coronavírus e outros fatores de risco à saúde mental escolar, sugere-se ser oportuna e necessária a implementação de serviços de apoio psicológico nas escolas. Os serviços de apoio psicológico escolar garantem um ambiente saudável e de qualidade na escola. Os alunos e professores têm a possibilidade de buscar ajuda apresentando suas preocupações e sofrimento.

Apesar do estudo ter proporcionado uma análise sobre as estratégias de enfrentamento da Covid-19 no retorno às aulas presenciais na rede escolar pública, algumas limitações foram encontradas, como o fato das entrevistas serem respondidas por escrito, o que dificultou explorar ao máximo as experiências dos participantes. Faltou certo detalhamento de algumas respostas. Contudo, o estudo nos ajudou a analisar os desafios do novo coronavírus no sistema educativo, por isso, mais pesquisas sobre o tema podem ser úteis para a promoção da saúde mental da comunidade escolar e da sociedade, no sentido geral.

6. Agradecimentos

Colaboração de Carlitos Martinho e Madeira Sical Ramia (graduados em Psicologia Social e das Organizações pela Universidade Pedagógica-Moçambique) pelo apoio na identificação dos participantes e na administração das entrevistas.



7. Referências

Barbera, N., & Inciart, A. (2012). Fenomenología y hermenéutica: dos perspectivas para estudiar las ciencias sociales y humanas. *MULTICIENCIAS*, 12(2), p.199 -205.

Brasil, Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (2020). Protocolo Sanitário de retorno às atividades escolares presenciais no contexto da pandemia da covid-19. Minas Gerais - Versão 1.0 – 29/09/2020. Disponível em: <http://www.agenciaminas.mg.gov.br/ckeditor_assets/attachments/9449/protocolo_sanitario.pdf> Acesso em 02 abr. 2021.

Dias-Trindade, S.; Correia, J. D., & Henriques, S. (2020). O ensino remoto emergencial na educação básica brasileira e portuguesa: a perspectiva dos docentes. Coimbra, *Rev. Tempos Espaços Educ.* 13(32). Doi: <http://dx.doi.org/10.20952/revtee.v13i32.14426>.

Duarte, R. (2002). Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. *Cadernos de Pesquisa*, (115), p.139–154. Doi:10.1590/s0100-15742002000100005.

Fonsêca, L. B. H. et al. (2020). Perspectivas do ensino remoto na educação brasileira. Anais VII CONEDU - Edição Online... Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/69286>>. Acesso em: 03/04/2021.

Galvão, J. A. et al. (2019). A importância do psicólogo escolar na comunidade escolar: um estudo comparativo. Brasília, *Integración Académica en Psicología*, 7 (19).

Moçambique, Boletim da República (2020a). Lei n.º 8/2020 de 29 de Junho: Ratifica a Declaração que prorroga, pela terceira vez, o Estado de Emergência, constante do Decreto Presidencial n.º 21/2020, de 26 de Junho. Maputo, I SÉRIE — Número 122. Disponível em: <https://www.rsm.global/mozambique/sites/default/files/lei_8_2020_br_122_i_2.o_suplemento_serie_20203.pdf> Acesso em 03 abr. 2021.

Moçambique, Boletim da República (2020b). Decreto Presidencial n.º 23/2020 de 5 de agosto de 2020: Declara o Estado de Emergência, por razões de calamidade pública, em todo o território nacional. Maputo, I SÉRIE — Número 149. Disponível em: <https://ambmaputo.esteri.it/ambasciata_maputo/resource/doc/2020/08/decreto_presidencial_23-2020.pdf> Acesso em 28 mar. 2021.

Moçambique, Presidência da República (2021b). Comunicação à Nação de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, sobre o Balanço da Implementação das Medidas Decretadas no Contexto da Declaração da Situação de Calamidade Pública, no âmbito da Pandemia do Corona Vírus – COVID-19. Maputo, República de Moçambique. Disponível em: <<https://www.presidencia.gov.mz/index.php/por/Media/Files/100-Comunicacao-a-Nacao-EE-2805020>> Acesso em 02 abr. 2021.

Moçambique, Presidência da República (2021b). Decreto n.º 17/2021: Revê as medidas para a contenção da propagação da pandemia da COVID-19, enquanto durar a Situação de Calamidade



Pública, aprovadas pelo Decreto n.º 7/2021, de 5 de março. Maputo, República de Moçambique, Terça-feira, 6 de Abril de 2021, I SÉRIE — Número 65.

Moçambique, Presidência da República (1992). Lei do Sistema Nacional de Educação. n. 6/92, de 06 de maio de 1992. Maputo, Assembleia da República, I Série, n. 19.

Organização Mundial da Saúde (OMS). OMS declara emergência de saúde pública de importância internacional por surto de novo coronavírus. Genebra, 31/01/2020. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6100:oms-declara-emergencia-de-saude-publica-de-importancia-internacional-em-relacao-a-novo-coronavirus&Itemid=812> Acesso em 28 mar. 2021.

Pereira, I. D. F. et al. (2020). Manual sobre biossegurança para reabertura de escolas no contexto da Covid-19. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, versão 1.0. 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/manual_reabertura.pdf> Acesso em 28 mar. 2021.

Saldaña, J. (2013). The Coding Manual of Qualitative Researchers. London, SAGE Publishing, Publications Ltd. 2ed. London EC1Y 1SP, 2013.

Sunde, R. M.; Júlio, O. A.; Nhaguaga, M. A. F. (2020). O ensino remoto em tempos da pandemia da covid-19: desafios e perspectivas. *Revista Epistemologia e Práxis Educativa* |Teresina |03(03), p. 1-11.

Sunde, R. M. (2021). Ansiedade e medo de contaminação pelo vírus da covid-19: sessões de terapia cognitivo-comportamental. *Revista Científica Suwelani*, 4, (1), p. 164-184.

Sunde, R. M (2019). Intervenção psicológica: uma estratégia para a inclusão escolar das crianças surdas. *Revista Educação Inclusiva - REIN*, Campina Grande, PB, 3(01), p.32-45.